

## DECLARAÇÃO DILIGÊNCIA 03

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2025

A empresa **Positivo S + Soluções Em Ti S.A**, inscrita no **CNPJ** sob o **05.510.654/0004-21**, sediada no endereço **SBS Q. 02 BL. Q, 13º Andar, Setor Bancário Sul, Edif João Carlos Saad**, através de seu representante legal, o(a) Sr. **André Bezerra Ramos**, portador da cédula de identidade de **RG nº 1.624.579 SSP/DF**, inscrito no **CPF** sob o nº **908.034.421-49**, vem, respeitosamente, através deste, responder às diligências ora realizadas no âmbito do Pregão Eletrônico 90012/2025.

---

Assunto: Pedido de Diligência nº 03 – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA –  
Pregão Eletrônico nº 90012/2025 – Certidão do Ministério do Trabalho

Prezado (a) **POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A, CNPJ nº 05.510.654/0004-21**

1. No interesse do Pregão Eletrônico nº 90012/2025 que tem o escopo de contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços técnicos especializados de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de tecnologia da informação e comunicação (TIC), com remuneração mensal fixa, condicionada ao cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço (NMS) estabelecidos, conforme quantidades e perfis profissionais mínimos previstos em ordens de serviço, segundo as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
  2. Com fulcro no Parecer nº 60/2024/DECOR/CGU/AGU, Parecer nº 00280/2025/CGCOM - BSB/SCGP/CGU/AGU, no artigo 64, da Lei nº 14.133/2021 e no item 7.15, mormente, o 7.15.2 do edital, ocorre que após a habilitação, em sede de recurso, a recorrente apresentou Certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, informando a alteração da situação da recorrida que passou de Igual para Inferior com relação a reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social.
  3. Nesse sentido, o Parecer nº 60/2024, no parágrafo 54, alínea d), informa o seguinte: “em havendo auto de infração, certidão ou qualquer outro documento da fiscalização trabalhista em que se preveja o desatendimento da obrigação legal, deve a empresa interessada buscar a regularização, uma vez que os órgãos e entes públicos não podem recusar fé a documentos públicos.”
  4. Com efeito, solicito manifestação da licitante se há providência de anulação ou a suspensão para poder prosseguir no certame, conforme conclusão, alínea “d”, parágrafo 56 do Parecer nº 60/2024/DECOR/CGU/AGU, a qual deverá apresentar manifestação a ser enviada até 14:00 do dia 06 de outubro de 2025, por e-mail.
-

## RESPOSTA

Em atenção à Diligência em referência, a Recorrida POSITIVO S+ vem apresentar comprovação de que a empresa procurou dar atendimento à exigência do artigo 93 da Lei nº 8.213, de 1991, mas não logrou êxito por circunstâncias alheias a seu controle, podendo, assim considerar atendidos os requisitos do artigo 63, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021, e do artigo 8º, inciso V, da IN SEGES/ME nº 67, de 2021.

Apesar de constar no portal do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE a informação de que emprega pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número INFERIOR ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991, essa empresa possui respaldo jurisprudencial – acórdão proferido no âmbito de Ação Civil Pública, gravada de sigilo, que confirma a sentença de 1ª instância – que julgou a sua atuação e possui a seguinte ementa:

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REABILITADOS. NÃO PREENCHIMENTO INTEGRAL DA COTA. DANOS MORAIS COLETIVOS. INDEVIDOS. INEXISTÊNCIA DE CONDUTA ILÍCITA. Não é cabível a condenação da reclamada pelo não preenchimento das vagas destinadas por lei às pessoas com deficiência ou reabilitados apenas se a empresa empreendeu todos os esforços possíveis para a ocupação das cotas legais, deixando de contratar a cota mínima por motivos alheios à sua vontade.**

Naquela oportunidade, a POSITIVO S+ (nova razão social da empresa ALGAR TI CONSULTORIA S.A.) foi demandada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), em sede de Ação Civil Pública, onde foi alegado que a empresa vinha descumprindo disposição constante do artigo 93, da Lei nº 8.213/91, ou seja, o preenchimento da cota legal de pessoas com deficiência e reabilitadas pelo INSS. Nesse contexto, foi requerido pelo MPT a condenação da POSITIVO S+ na contratação e manutenção de trabalhadores PCD conforme previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, bem como foi requerida a aplicação de multa e dano moral coletivo, no montante total de R\$3.865.000,00.

Após a instrução da ação judicial, restou comprovada a atuação diligente da POSITIVO S+ para a contratação e manutenção de trabalhadores PCD conforme previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, sendo que **foram julgados improcedentes os pedidos requeridos pelo MPT – inclusive o valor da multa e dano moral coletivo de quase 4 milhões de reais – visto que o adimplemento da obrigação fixada depende de fatores estranhos à empresa.**

Conforme foi possível demonstrar à Justiça do Trabalho, a empresa POSITIVO S+ constituiu um programa denominado "Alquimia" por meio do qual contrata os trabalhadores portadores de necessidades especiais para trabalharem na atividade principal da empresa (TI), capacita-os e os avalia regularmente. Tal programa é destaque na área de Tecnologia da Informação, sendo que outras empresas do Setor buscam na POSITIVO S+ trabalhadores portadores de necessidades especiais para comporem seus quadros.

Ademais, foi possível comprovar a celebração de parcerias estratégicas, veiculação de anúncios, bem como a implementação de campanhas internas e externas para a promoção das admissões pela licitante, sendo que a Justiça do Trabalho, em 1ª instância, concluiu que:

*“(…) Em assim sendo, este Juízo resta convencido de que o não preenchimento das vagas para trabalhadores com deficiência não decorre de descaso ou negligência da empresa, **eis que cabalmente comprovada a criação e manutenção de estratégias para divulgação de vagas, contratação e capacitação, mas do desinteresse de PCDs em se engajar e permanecer atuando na ré.** Posto isso, indefiro os pedidos de condenação da Reclamada (leia-se POSITIVO S+) na contratação e manutenção de trabalhadores PCD conforme previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, bem como de aplicação de multa, eis que o adimplemento da obrigação fixada depende, mormente, de fatores estranhos à empresa.*

*Por não convencida da responsabilidade da ré pelo dano moral coletivo descrito na petição inicial, rejeito, ainda, o pedido de pagamento da indenização requerida.”*

Já no acórdão proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, que confirmou a sentença favorável à POSITIVO S+ contra o pleito do Ministério Público do Trabalho, o Desembargador foi enfático ao afirmar que ***há infração ao dispositivo legal tão somente nas situações em que a ausência do preenchimento dos percentuais mínimos legais é atribuída a uma conduta omissiva ou comissiva por parte do empregador, o que não se verifica no caso.***

*“(…) Destarte, a frustração no preenchimento do percentual mínimo de vagas previsto legalmente não decorre de conduta que possa ser imputada à empregadora (leia-se POSITIVO S+), mas de ausência de candidatos com deficiência ou reabilitados que possuam interesse nas vagas existentes, não sendo possível, pois, punir a recorrida (leia-se POSITIVO S+) pelo descumprimento do preceito legal em virtude de ato (ou, no caso, omissão) de terceiros.*

*Por inexistir no caso vertente prova de culpa ou ato ilícito por parte da empregadora que autorize a sanção legal decorrente da infração ao disposto no art. 93, da lei nº 8213/91, nego provimento ao apelo e, em consequência, rejeito o pedido de reparação de danos morais coletivos”*

Diante do exposto, seguem as informações e os documentos anexos que comprovam que a empresa **POSITIVO S+ está amparada, por decisão judicial, de quaisquer ônus provenientes do descumprimento do preenchimento de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei, tendo em vista que **restou comprovada a sua atuação diligente no recrutamento e seleção de profissionais com tais perfis**. Nesse sentido, qualquer possibilidade de inabilitação da empresa por tal motivo é contrária à segurança jurídica concedida nas decisões judiciais proferidas

Portanto, nos termos definidos na Nota Técnica nº 85/2025/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ, que consolida o entendimento a respeito da reserva de cargos previstas em lei para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, exigência de habilitação insculpida no art. 63, inciso IV da Lei 14.133/2021 e no Edital do Pregão Eletrônico nº 90012/2025, item 3.4.4, sendo adotado o entendimento do recente Parecer nº 00280/2025/CGCOM - BSB/SCGP/CGU/AGU (32432535), de 23/07/2025, proferido pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e

Segurança Pública e do Parecer nº00060/2024/DECOR/CGU/AGU, exarado pela Advocacia Geral da União, a licitante comprova a decisão do Poder Judiciário que ampara o seu prosseguimento no presente certame, conforme conclusão, alínea “d”, parágrafo 56 do Parecer nº 60/2024/DECOR/CGU/AGU.

Adicionalmente, reiteramos que a **Declaração** é um **requisito de habilitação** a ser preenchido no ato da Habilitação e tal conferência foi realizada pelo nobre pregoeiro quando da Habilitação da POSITIVO S+. No item 3.4.4 do Edital resta determinado que, **no cadastramento da proposta inicial**, o licitante deverá declarar que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, e assim a POSITIVO S+ procedeu ao apresentar tal declaração.

Quando da abertura do certame, o r. Pregoeiro avaliou a documentação da Recorrida e confirmou que a Certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego da Secretaria de Inspeção do Trabalho, documento de nº 32873279 do processo de contratação, informa que a Recorrida emprega pessoa com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social **em número IGUAL** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991, nos termos verificado pelo pregoeiro, conforme constou na Nota Técnica nº 86/2025. Assim, esse item foi atendido pela empresa

Conforme restou demonstrado, **na data de entrega das propostas**, além de apresentar declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, o Pregoeiro confirmou que a Recorrida emprega pessoa com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em **número IGUAL** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.

Ademais, cabe destacar a conduta da empresa no recrutamento e seleção para preenchimento das vagas em referência que é dificultada pela volatilidade do mercado e das relações empresariais. A Lei nº 8.213/91 (Lei de Cotas) estabelece que a proporção de vagas deve ser reservada de acordo com o número total de empregados na empresa. Nos últimos 40 dias, por exemplo, devido à celebração de novos contratos, a empresa contratou 286 pessoas, fato que majora a quantidade de vagas que devem ser preenchidas pela Lei de Cotas.

Em recentíssima decisão, o TCU no Acórdão 523/2025 – Plenário, decidiu expressamente que a certidão do MTE não é suficiente, por si só, para inabilitar a licitante, pois a autodeclaração goza de presunção de veracidade e o quadro de empregados é dinâmico. A decisão do TCU reconhece que as certidões do MTE podem mostrar percentuais ora superiores, ora inferiores, em razão de admissões e desligamentos. Assim, eventual desenquadramento momentâneo não configura descumprimento nem falsidade.

Abaixo, inclusive, é possível verificar que, em momentos distintos e em curto espaço de tempo, a licitante apresentou quantidade inferior e superior ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991, o que comprova um desenquadramento momentâneo diante da dinamicidade da situação que utiliza informações semanais prestadas pela empresa a respeito do seu quadro de colaboradores:



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

**CERTIDÃO**

**EMPREGADOR:** ALGAR TI CONSULTORIA S/A

**CNPJ:** 05.510.654/0001-89

**CERTIDÃO EMITIDA** em 08/10/2024, às 12:16:01

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 05/10/2024, pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número **INFERIOR** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

**CERTIDÃO**

**EMPREGADOR:** ALGAR TI CONSULTORIA S/A

**CNPJ:** 05.510.654/0001-89

**CERTIDÃO EMITIDA** em 21/10/2024, às 19:31:34

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 18/10/2024, pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número **SUPERIOR** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.

Por fim, informamos que está em processo de contratação 15 novos profissionais, sendo que até o dia 15/10/2025 as 11 vagas necessárias para suprir à quantidade determinada na Lei das Cotas serão finalizadas.

Caso as informações não sejam suficientes, estaremos à disposição para dirimir novas dúvidas acerca deste processo.

Brasília-DF, 06 de outubro de 2025.

---

POSITIVO S + SOLUÇÕES EM TI S.A  
CNPJ: 05.510.654/0004-21  
ANDRÉ BEZERRA RAMOS  
CPF: 908.034.421-49  
RG: 1.624.579 SSP/DF